

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**ESCOLA DE ENFERMAGEM**

**DAIANA ALBERTI GUARNIERI**

**PERCEPÇÕES DE DOCENTES UNIVERSITÁRIAS RELATIVAS À  
CONTINUIDADE DO ALEITAMENTO MATERNO APÓS O RETORNO DA  
LICENÇA MATERNIDADE**

**PORTO ALEGRE**

**2024**

**Daiana Alberti Guarnieri**

**PERCEPÇÕES DE DOCENTES UNIVERSITÁRIAS RELATIVAS À  
CONTINUIDADE DO ALEITAMENTO MATERNO APÓS O RETORNO DA  
LICENÇA MATERNIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Enfermagem da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, como requisito parcial para  
obtenção do título de bacharel em Enfermagem.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jessica Teles Schlemmer

**PORTO ALEGRE**

**2024**

Dedico esse trabalho a todos que, de alguma forma, fizeram parte da minha trajetória acadêmica e contribuíram para minha formação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao universo por abrir portas, me conduzir a trilhar os caminhos feitos para mim e guiar meus passos em busca dos meus objetivos, os quais me trouxeram até aqui.

Aos meus pais, pelo suporte necessário possibilitando a concretização dessa etapa. Ao meu pai por se disponibilizar a acordar todas as madrugadas, muito antes do sol nascer, para me oferecer o conforto e segurança de uma “simples” carona. À minha mãe por todo apoio emocional, afeto, sensibilidade e orgulho, me dando a certeza de que tudo valeu a pena.

Ao restante da família, minha tia Sandra pelo incentivo, oferecendo amparo e assistência sempre que necessário. Dinda Ju e dindo Jô por serem fontes de inspiração. À Alícia e Martina por trazerem calma, diversão e alegria, curando algo que elas nem sabiam que doía.

Às minhas amigas por compreenderem as minhas ausências e vibrarem cada conquista junto comigo. Em especial à Kethruyn, parceira de pesquisa, de faculdade e, principalmente, de vida, que esteve comigo do primeiro ao último dia dessa jornada, tornando a caminhada mais leve e prazerosa. E à Victoria, que acompanhou minha trajetória desde quando tudo era só sonho, sempre acreditou e ajudou a me reerguer em momentos de crise.

À minha professora e orientadora Jéssica, por ser um dos poucos laços criados na universidade e me orientar da melhor maneira. Aos demais contribuintes para o meu conhecimento acerca do assunto, participantes da pesquisa e banca avaliadora.

Por último, mas não menos importante, à Dai do passado pela perseverança, determinação e resiliência. Não foi fácil, mas finalmente posso dizer: nós conseguimos!

*“Amamentar é um ato político”.*

*(Autor Desconhecido)*

## RESUMO

**Objetivo:** Conhecer as percepções de mulheres docentes relativas à continuidade do aleitamento materno após o retorno da maternidade. **Método:** Trata-se de um estudo qualitativo envolvendo 8 trabalhadoras docentes da Escola de Enfermagem e Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que retornaram ao trabalho após o período de licença maternidade nos últimos 5 anos. Foi aplicado um questionário eletrônico contendo perguntas semi-estruturadas e abertas para coleta de dados. **Resultados:** Foram agrupados temas e identificadas duas categorias: Tempo do AME, IA e outros tipos de aleitamento e Dificuldades do Aleitamento Materno no retorno ao trabalho. Os resultados indicam que 62,5% das docentes amamentaram exclusivamente, 25% realizou aleitamento misto e 12,5% não amamentou. Há predominância, sobretudo, de mais desafios e sentimentos negativos do que positivos para a amamentação, com relação ao retorno ao trabalho. **Conclusão:** A implementação de políticas e práticas que promovam um ambiente de trabalho mais acolhedor e inclusivo para as mães pode ajudar a mitigar esses desafios e melhorar o bem-estar geral das trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Aleitamento Materno; Aleitamento Materno Exclusivo; Amamentação; Lactação; Docentes; Mães; Retorno ao trabalho; Licença Maternidade; Enfermagem.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Gráfico 1 - Tempo de internação hospitalar dos recém-nascidos.	17
Gráfico 2 - Tempo de amamentação das docentes	18
Gráfico 3 - Uso de fórmulas	18

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AM - Aleitamento Materno

AME - Aleitamento Materno Exclusivo

AMM - Aleitamento Materno Misto

AMC - Aleitamento Materno Complementar

IA - Introdução Alimentar

FL - Fórmula Láctea

OMS - Organização Mundial da Saúde

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

EENFSC - Escola de Enfermagem e Saúde Coletiva



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 OBJETIVO.....</b>	<b>11</b>
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>12</b>
3.1 Delineamento do estudo.....	12
3.2 Contexto.....	12
3.3 Participantes do estudo.....	12
3.4 Coleta dos dados.....	13
3.5 Análise e interpretação dos dados.....	13
3.6 Aspectos éticos.....	14
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>18</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>22</b>
<b>APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....</b>	<b>25</b>
<b>APÊNDICE C – CARTA CONVITE.....</b>	<b>27</b>
<b>APÊNDICE D – APROVAÇÃO COMISSÃO DE PESQUISA (COMPESQ).....</b>	<b>28</b>
<b>APÊNDICE E – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....</b>	<b>29</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A maternidade é um disparador de incontáveis mudanças que transcendem apenas o aspecto físico e englobam transformações sociais, emocionais e psicológicas afetando diferentes âmbitos na vida de uma mulher. As repercussões decorrentes da gestação irão ocasionar mudanças que envolvem questões biológicas derivadas dos hormônios prevalentes desse período, bem como questões sociais que influenciam a percepção da sociedade em relação à mulher (Mata, 2017). Sendo gerador de diversas consequências na saúde mental materna, os problemas emocionais, o retorno ao trabalho e o aleitamento materno podem ser dificuldades enfrentadas após o nascimento do bebê (Rodrigues *et al.* 2022).

O aleitamento materno (AM) se trata da alimentação dos bebês recém nascidos provinda do leite materno, iniciada já na primeira hora de vida e oferecida geralmente em livre demanda, ou seja, sempre que o bebê desejar. Sendo classificado em 4 categorias definidas pela Organização Mundial da Saúde (2018): O aleitamento materno exclusivo (AME), é o período em que o recém nascido recebe apenas o leite humano, normalmente vindo da mãe, sem nenhum outro alimento ou líquido complementar. No aleitamento materno predominante o bebê é nutrido predominantemente pelo leite materno, porém recebe também líquidos à base de água, como água pura, chás e sucos de frutas. O aleitamento materno complementar é aquele no qual é oferecido também alimentos sólidos para complementar (e não substituir) a alimentação. Já o aleitamento materno misto ou **parcial** é quando além do leite materno a criança ingere outros tipos de leite (Brasil, 2017).

De acordo com o Ministério da Saúde, o aleitamento materno é recomendado por dois anos ou mais, sendo a amamentação exclusiva indicada nos primeiros seis meses em virtude dos seus consideráveis benefícios para mãe, bebê e sociedade. Entre suas vantagens, comum em toda literatura, estão: diminuir a morbimortalidade neonatal e infantil, evitar casos de diarreia e infecção respiratória, minimizar riscos de alergias, hipertensão, colesterol alto, diabetes e redução da chance de obesidade na vida adulta, bem como melhora da nutrição, do desenvolvimento da cavidade bucal e efeito positivo na inteligência.

Além de proteger a mãe contra o câncer de mama e útero, evitar nova gravidez, ter menores custos financeiros, promover vínculo afetivo entre mãe e bebê, o aleitamento materno também pode reduzir os casos de baby blues, graças ao aumento dos hormônios prolactina e ocitocina durante a amamentação, os quais possuem efeitos ansiolíticos e antidepressivos (Albuquerque e Rollemberg, 2021). No entanto, a responsabilidade de

amamentar é também um grande desafio enfrentado na maternidade tanto por mães que já passaram por essa experiência quanto por mães de “primeira viagem”, visto que pode abalar o emocional e autoestima das mulheres, que se sentem muitas vezes insuficientes ou incapazes em relação ao papel de mãe por não amamentarem de forma totalmente eficaz ou em outros casos, sequer conseguir amamentar (Assef *et al.*, 2021).

Diversos motivos podem levar ao desmame precoce, além do prejuízo à saúde mental materna, como dúvidas em relação à técnica de amamentação, a pega correta do bebê, ressecamento e fissuras desencadeando dores nas mamas, dificuldade em ordenhar e armazenar o leite materno, inclusive através das bombas extratoras de leite. Ademais, falta de tempo e local para amamentar, o leite que não é produzido em quantidade adequada ou com a duração necessária, muitas vezes devido ao ingurgitamento mamário, popularmente conhecido como “leite empedrado” (Brasil, 2017).

Segundo o último relatório de prevalência e práticas de aleitamento materno em crianças brasileiras menores de 2 anos realizado pelo Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil - ENANI (2019), são amamentados exclusivamente no Brasil 59,7% dos bebês até os 4 meses e, menos da metade, 45,8% até os seis meses, tendo uma redução de 13,9% na prevalência de amamentação no período que coincide com o fim da licença maternidade. Totalizando 60,3% de crianças menores de 2 anos amamentadas, com duração média de 3 meses de AME e 1 ano e 4 meses (16 meses) de AM. Portanto, a continuidade do aleitamento materno vai para além de única e exclusivamente o desejo da mulher, incluindo a soma de diversos fatores que podem desencadear o desmame precoce, dentre eles a dificuldade de conciliar a rotina das mamadas devido à longas jornadas de trabalho e estresse, ocasionando a baixa produção de leite materno (Almeida *et al.*, 2022).

É consenso na literatura que o aleitamento materno é a principal medida para prevenir a morbimortalidade neonatal e infantil, entretanto, as mulheres enfrentam diversos desafios para manutenção da lactação ao se depararem com o retorno ao mercado de trabalho. Apesar do aleitamento materno exclusivo ser indicado até os seis meses de idade e haver leis em vigor na Consolidação das Leis do Trabalho que contemplem a amamentação, uma das grandes dificuldades encontradas pelas mães é manter a sua prática, principalmente exclusiva, após o fim da licença maternidade (Rodrigues *et al.* 2022).

Os problemas em torno da amamentação têm ainda sido somados ao retorno da mãe ao trabalho fora do lar, que devido a separação entre mãe e bebê causa saudades do filho e

dificuldade em relação à terceirização do cuidado, pois a mãe se sente apreensiva enquanto o seu bebê fica sob responsabilidade de outras pessoas, além de dilemas na organização de horários e logística para amamentar (Rodrigues *et al.*, 2022).

Assim, o retorno da lactante ao mercado de trabalho torna-se um dos principais fatores de risco para o desmame precoce visto que o período de licença maternidade é de 4 meses, não concluindo o tempo proposto para o AME. O desconhecimento sobre as leis de apoio às nutrízes também é uma ameaça aos lactentes. Contudo, tanto a rede de apoio familiar como o apoio de empregadores que incentivem e proporcionem flexibilização, facilitadores e suporte são essenciais para a continuidade da amamentação. Informações acerca dos benefícios, técnicas e leis pode reduzir o índice de desamamentação (39,7%), introdução precoce de outros líquidos (13,2%), leites (19,8%) ou alimentos, garantindo o aleitamento materno exclusivo (Almeida *et al.*, 2022; UFRJ, 2019).

Existem três leis que visam facilitar e apoiar a continuidade do aleitamento materno. É previsto no artigo 396 duas pausas de meia hora durante a jornada de trabalho para amamentar, até que o bebê complete seis meses e finalize o aleitamento materno exclusivo. Além disso, o estabelecimento que empregar mais de 30 mulheres em idade fértil, deve ter um local adequado dentro da empresa para que as crianças sejam mantidas no período de amamentação exclusiva, disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 389 (Brasil, 1943). Quando não houver a possibilidade de dispor local apropriado para deixar os filhos devido a dificuldade dos empregadores, a empresa poderá optar pelo sistema de reembolso-creche, até os seis meses de vida do bebê (Portaria 3.296/1986, alterada pela Portaria 670/97).

Dessa forma, torna-se evidente que ocorrem mudanças físicas, sociais e psicológicas inerentes da maternidade, trazendo uma sobrecarga física e mental. Tais transformações podem acarretar sentimentos negativos devido ao desafio de conciliar as demandas de vida pessoal, profissional e da maternidade. Com base nos argumentos, o presente projeto apresenta a seguinte pergunta de pesquisa: Quais as percepções enfrentadas por docentes universitárias na continuidade do aleitamento materno após a licença maternidade?

## **2 OBJETIVO**

Conhecer as percepções de docentes universitárias relativas à continuidade do aleitamento materno após o retorno da maternidade.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

#### **3.1 Delineamento do estudo**

Esse estudo trata-se de um recorte do projeto “Repercussões no trabalho e na saúde mental para docentes de enfermagem após retorno da licença maternidade”. Foi realizado um estudo exploratório descritivo com abordagem qualitativa. Segundo Polit e Beck (2019), a abordagem qualitativa é flexível e holística. Durante a coleta de informações busca a compreensão do todo, com a finalidade de conhecer ou aprofundar fenômenos, opiniões ou percepções, proporcionando familiaridade com um problema e a possibilidade de desvendar a natureza complexa de experiências e interações e os diversos modos pelos quais um fenômeno se manifesta.

#### **3.2 Contexto**

O estudo exploratório foi realizado com 8 docentes da Escola de Enfermagem e de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tiveram período de licença maternidade nos últimos 5 anos. Optou-se por este período por mais proximidade com a vivência da maternidade e também possíveis políticas e estrutura organizacional da instituição que possam ter impactado neste retorno ao trabalho.

#### **3.3 Participantes do estudo**

As informações foram coletadas com 8 docentes da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que aceitaram a participação na pesquisa por meio da técnica de *snowball* (bola de neve). A técnica de *snowball* consiste em uma amostragem não probabilística, que utiliza cadeias de referência para a seleção dos participantes, em que a primeira pessoa da amostra foi selecionada intencionalmente por convite, segundo Polit e Beck (2019), e as demais foram selecionadas a partir de indicações sucessivas dos participantes pela solicitação feita pela pesquisadora de novos contatos com as características necessárias para a compreensão do fenômeno pela rede pessoal e profissional dos previamente selecionados, e assim sucessivamente até que houvesse saturação das informações a serem coletadas (Vinuto, 2014).

A captação dos participantes disparadores da cadeia se deu através de análise da lista de docentes no site da EENFSC, foram selecionadas as docentes que tiveram filhos recentemente e já haviam retornado da licença maternidade. Após realizou-se contato direto

via e-mail conforme o modelo disponível no APÊNDICE C, com conteúdo textual em que explicou o interesse em reconhecer a perspectiva do possível participante sobre o tema pesquisado, além disso, foi adicionado em anexo ao convite o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com a Carta Circular nº1 do CONEP (Brasil, 2021).

### **3.4 Coleta dos dados**

A coleta dos dados ocorreu em um período médio de 5 meses, entre fevereiro e junho de 2024, após aprovação deste projeto pelo comitê de ética em pesquisa. Foi aplicado formulário eletrônico semi-estruturado segundo Polit e Beck (2019) (APÊNDICE A) via ferramenta de formulários do Google, com tempo médio de 20 minutos para ser preenchido. A estratégia foi adotada a fim de garantir que as questões sejam enfocadas, além da confidencialidade das informações e o anonimato das participantes, para que respondessem livremente os tópicos incluídos no roteiro. Uma vez que as referidas participantes conhecem as pesquisadoras, pois são docentes da Escola de Enfermagem e Saúde Coletiva, e terão que dissertar sobre as dificuldades enfrentadas no seu ambiente de trabalho, mantendo além do sigilo um meio confortável para que se sentissem à vontade em participar e responder as questões da pesquisa. O instrumento da coleta teve inicialmente uma parte com dados de caracterização da participante, para que não sejam identificadas e outra constando o questionário semi-estruturado da pesquisa.

### **3.5 Análise e interpretação dos dados**

A análise qualitativa dos dados obtidos foi feita por meio da análise temática de conteúdo proposta por Minayo (2014), em três etapas: a) pré análise b) exploração do material c) tratamento e interpretação dos resultados. Na etapa de pré análise foi definidas as unidades de significado a partir da retomada da questão norteadora e dos objetivos da pesquisa e do encontro dos elementos obtidos através da decomposição do conjunto das informações coletadas que se mostram significativas para a formação dos temas descritivos, elaborando indicadores que orientam a compreensão e interpretação dos dados.

Na exploração do material, foram construídos os temas do estudo a partir do agrupamento das unidades de significado, foi realizada uma operação classificatória que visa alcançar o núcleo de compreensão do texto, por diferenciação e agregação dos elementos constitutivos de um conjunto por similaridades, onde o texto é reduzido a expressões e palavras significativas à pesquisa. Na terceira etapa, de tratamento e interpretação dos dados,

ocorreu a análise dos resultados brutos, a busca de tendências e outras características da análise, destacando as informações obtidas mais relevantes para a formação dos temas caracterizados como sendo unidades em torno das quais podemos obter uma conclusão ou interpretação pelo pesquisador, relacionando a teoria previamente apresentada pela revisão da literatura ou também surgindo a abertura de novas dimensões teóricas sobre o tema pesquisado.

### **3.6 Aspectos éticos**

Esta pesquisa foi realizada com base nas exigências éticas presentes na Resolução nº 516 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Brasil, 2016). Foram respeitados os itens da Resolução nº 466 de 2012 do CNS, que se refere às normas éticas que regulamentam a pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil (Brasil, 2012). Além dos itens da Resolução nº 510 de 2016, que dispõe sobre a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana (Brasil, 2016).

Primeiramente, o projeto do estudo recebeu apreciação da Comissão de Pesquisa (COMPESQ) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 20/10/2023 (projeto nº 44598), recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da universidade e após iniciou-se a pesquisa. Depois das aprovações éticas, as participantes foram contatadas através de e-mail com o link que continha com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE (APÊNDICE B) e o formulário de coleta de dados. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE (APÊNDICE B) contemplou de forma clara aos participantes o objetivo deste estudo, a utilização e o armazenamento seguros dos dados obtidos, a confidencialidade desses dados e o anonimato das participantes.

As participantes tiveram a liberdade de retirarem-se da pesquisa em qualquer momento do estudo, sendo respeitada a autonomia e o livre arbítrio das mesmas. São riscos do estudo o cansaço e possível aborrecimento em responder ao questionário eletrônico, além daqueles relacionados ao ambiente virtual (como acessos indevidos). A pesquisadora se compromete a suspender a pesquisa ao perceber algum risco ou dano à saúde das participantes da pesquisa. Para minimizar os riscos, os participantes não receberam e-mails com a utilização de listas que permitiriam a identificação dos convidados nem a visualização dos seus dados de contato. Além disso, a pesquisadora responsável compromete-se a fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer



registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". Em necessidade de encaminhamento este será de total responsabilidade da pesquisadora responsável. Os benefícios deste estudo são indiretos aos participantes, incluindo o conhecimento obtido que será compartilhado com as participantes com o envio dos materiais oriundos desta pesquisa.

Os dados coletados foram protegidos com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nº 13.709 de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (Brasil, 2018). Ressalta-se que o estudo respeita orientações para pesquisa em ambiente virtual dispostas na Carta Circular Nº 01/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP, 2021).

Os participantes dessa pesquisa terão acesso aos materiais e publicações oriundas dessa pesquisa. A pesquisadora responsável se compromete com o envio destes materiais. Os dados coletados serão armazenados seguramente pela pesquisadora e estarão à disposição da comunidade acadêmica e comunidade em geral durante cinco anos, após esse período, poderão ser incinerados.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo conhecer as percepções de docentes universitárias relativas à continuidade do aleitamento materno após o retorno da maternidade. Esses foram atingidos uma vez que a partir dos resultados apresentados, conclui-se que as professoras participantes do estudo enfrentam diversos desafios relacionados à continuidade e manutenção do aleitamento materno diante do retorno às atividades de trabalho na Escola de Enfermagem e Saúde Coletiva. A ausência de espaço adequado para amamentação e ordenha, a necessidade de conciliar demandas maternas e profissionais, e a falta de apoio e compreensão no ambiente de trabalho são alguns dos principais obstáculos identificados.

Por mais que as docentes deste estudo sejam enfermeiras, nota-se que, ainda assim, enfrentam desafios em virtude da sobrecarga da vida profissional acadêmica que entra em conflito com a vida maternal e precariedade de estrutura da instituição, além de enfrentarem dificuldades de apoio dentro da instituição. Visto que o aleitamento materno não é apenas o ato de amamentar, pois envolve inúmeros aspectos abordados neste estudo e confirmados nos resultados apresentados, como espaço adequado, tempo, disposição, rede de apoio social e institucional, e conciliação entre maternidade e carreira.

O estudo destacou a importância da legislação para proteção das servidoras e seus bebês, evidenciando a necessidade de políticas e práticas institucionais que promovam um ambiente mais favorável à amamentação, garantindo direitos e proporcionando condições adequadas para as trabalhadoras que já se encontram sobrecarregadas. Ainda, revela como a significância de uma rede de apoio consistente, o conhecimento sobre a importância do aleitamento materno por colegas e pela instituição, e o respeito dos colegas de trabalho são aspectos que podem facilitar a manutenção do AM.

Sugere-se que futuras pesquisas explorem intervenções e estratégias que possam apoiar as colaboradoras lactantes no contexto acadêmico, bem como a implementação de programas de conscientização e educação sobre a importância do aleitamento materno no ambiente de trabalho. Além disso, é importante considerar a diversidade de experiências e contextos das docentes, buscando soluções que atendam às suas necessidades e promovam a saúde das mães e bebês, a fim de evitar o desmame. A implementação de políticas e práticas que promovam um ambiente de trabalho mais acolhedor e inclusivo para as mães pode ajudar a mitigar esses desafios e melhorar o bem-estar geral das trabalhadoras.

O presente estudo apresentou limitações devido a não realização de entrevista presencial, o que ocasionou respostas limitadas ou não aprofundadas em determinadas questões. Fatores que poderiam ter sido aprofundados com a presencialidade de um pesquisador na coleta de dados.

Acredita-se que esse estudo possa oportunizar a reflexão sobre como os atores que compõem a comunidade acadêmica da Escola de Enfermagem e de Saúde Coletiva podem contribuir para a continuidade do aleitamento materno das mulheres que ocupam esse espaço, sejam elas docentes, técnicas administrativas, funcionárias e acadêmicas. É necessário repensar a estrutura, a fim de incluir mulheres, gestantes, lactantes e seus filhos no espaço físico desta unidade e universidade. A ambiência e o bem-estar maternos são fundamentais para o desempenho das atividades desenvolvidas por essas mulheres e para a amamentação. Ainda, é necessário repensar o acolhimento para este grupo durante o momento de retorno da licença maternidade. Estas são as implicações desta pesquisa para o contexto e espaço em estudo.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, R. N.; ROLLEMBERG, D. V. S. Fatores de risco e cuidados à mulher com baby blues. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 21, n. 1, p. 239-249, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.15600/2238-1244/sr.v21n1p235-244>>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- ALMEIDA, Lourdes Maria Nunes *et al.* A influência do retorno ao trabalho no aleitamento materno de trabalhadoras da enfermagem. **Escola Anna Nery**, [S.L.], v. 26, n. 2022, p. 1-10, out. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0183>>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- ANDRADE, Cristiano de Jesus *et al.* O trabalho para mulheres egressas da licença maternidade: (re)pensando as transformações profissionais no contexto de educação. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, [S.L.], v. 41, n. 2, p. 249, 31 ago. 2020. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: [10.5433/1679-0383.2020v41n2p249](https://doi.org/10.5433/1679-0383.2020v41n2p249). Acesso em: 24 jul. 2023.
- AQUINO, Laise Cordeiro *et al.* Depressão pós-parto: revisão da literatura. **Revista ULakes J. Med.**, [S.L.], v. 2, n. 3, p. 192-199, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.56084/ulakesjmed.v2i3.718>>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- ASSEF, Mariana Rodrigues *et al.* Aspectos dos transtornos mentais comuns ao puerpério. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, [S.L.], v. 29, p. e7906. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.25248/reac.e7906.2021>>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943.
- Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Nota Técnica Conjunta nº 01/2010 Anvisa e Ministério da Saúde: Sala de Apoio à Amamentação em Empresas. 2019
- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança : aleitamento materno e alimentação complementar / **Ministério da Saúde**, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 184 p. : il. – (Cadernos de Atenção Básica ; n. 23)
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Bases para a discussão da Política Nacional de Promoção,

Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Resolução 466/2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 dez. 2012. Seção 1, no 112, p. 59-62.

BRUNKEN, Gisela S. Fatores associados à interrupção precoce do aleitamento materno exclusivo e à introdução tardia da alimentação complementar no centro-oeste brasileiro. *Jornal de Pediatria* (Rio de Janeiro). 2006;82:445-51. Acessado em 27/07/2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/jped/a/4g5kcZ97rsrZThdFsJ8Gdvv/?format=pdf&lang=pt>.

CAPUCHO, Lorena Bassi *et al.* Fatores que interferem na amamentação exclusiva. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**. 9 de outubro de 2017. Acessado em 27 de julho de 2024;19(1):108-13. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/17725>

CLETO, Juliana. A licença-maternidade como representação de uma ideologia velada: a divisão de tarefas por gênero e o dever de cuidado parental. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3. Região*. Belo Horizonte, v. 58, n. 89, p. 37-48, jan./jun. 2014. Disponível em [https://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/27191/70600%20juliana\\_cleto.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/27191/70600%20juliana_cleto.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em 24/07/2024.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Campanha nacional busca estimular aleitamento materno. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2584-campanha-nacional-busca-estimular-a-leitamento-materno#:~:text=%E2%80%9CNo%20Brasil%2C%20nossa%20preval%C3%AAncia%20de,de%20Ouro%E2%80%9D%2C%20ressaltou%20Janini.%20Acessado%20em%2020/07/2024..> Acesso em: 20 jul. 2024.

DEVIDES, W., Lago, M., Andrade, A., Gozi, T., & Mathiulli, C. (2021). Dificuldades no aleitamento materno de bebês prematuros: uma revisão bibliográfica. *Revista Terra & Cultura: Cadernos De Ensino E Pesquisa*, 37(especial), 239-256.

GARCIA, Carla Fernandes; VIECILI, Juliane. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. **Fractal: Revista de Psicologia**, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 271-280, 19 jul. 2018. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação -

UFF. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5541>. Acesso em: 26 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero**. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf). Acesso em: 24 de jul. de 2023.

KRAUSE, Leticia Iorio. **Mulher, trabalho e maternidade: demandas no retorno da licença maternidade**. 2017. 74 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2017.

MATA, J. A. L. Vivência da Arte da Pintura do Ventre Materno por Profissionais e Gestantes: Histórias, Emoções e Significados. 2017. 256 f. Tese (**Doutorado em Ciências da Saúde**) - Faculdade de Enfermagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MINAYO, M. C. (2014). Apresentação. In R. Gomes, **Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Instituto Sírio Libanes.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Aleitamento materno. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aleitamento-materno>. Acesso em: 20 jul. 2024.

NARDI, Adriana Ludke *et al.* Impacto dos aspectos institucionais no aleitamento materno e aleitamento materno exclusivo em mulheres trabalhadoras: uma revisão sistemática. *Ciênc. saúde coletiva* 25 (4). Mar 2020. Acessado em 27/07/2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MQbXR6FWKP8Fk8L55Ysxb4m/?format=pdf&lang=pt>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Lactancia materna. Disponível em: [https://www.who.int/es/health-topics/breastfeeding#tab=tab\\_2](https://www.who.int/es/health-topics/breastfeeding#tab=tab_2). Acesso em: 20 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. WHO recommendations for prevention and treatment of pre-eclampsia and eclampsia. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241548335>. Acesso em: 27 jul. 2024.

POLIT, D. BECK, C. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática de enfermagem. 9a ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

RODRIGUES, Liana Nolibos *et al.* Acolhimento e desafios no retorno ao trabalho, após a licença-maternidade em uma instituição de ensino. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [S.L.], v. 12, p. 1-19, 15 set. 2022. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/2179769268966>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SALVAGNI, Juceli *et. al.* MATERNIDADE E MERCADO DE TRABALHO: A trajetória das mulheres no desenvolvimento de carreiras. Confluências | **Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 25, n. 1, p. 18-42, 1 abr. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/57084>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SILVA, Lília Bittencourt *et al.* Maternidade-Trabalho: Experiências Emocionais ao Longo da Gravidez, Licença-Maternidade e Retorno ao Trabalho. **Revista Psicologia**, v. 22, n. 3, 1 jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5935/rpot/2022.3.23359>. Acesso em 24/07/2024.

SCHLEMMER JT, Veleda AA, Cordova FP, Siebert MSAM. Manejo do aleitamento humano na atenção primária à saúde. In: Associação Brasileira de Enfermagem, Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras; Morais SCR, Souza KV, Duarte ED, organizadores. PROENF Programa de Atualização em Enfermagem: Saúde Materna e Neonatal: Ciclo 15. Porto Alegre: Artmed Panamericana; 2024. p. 9–28. (Sistema de Educação Continuada a Distância; v. 2).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Aleitamento materno: Prevalência e práticas de aleitamento materno em crianças brasileiras menores de 2 anos 4: ENANI 2019.** - Documento eletrônico. - Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2021. (108 p.). Coordenador geral, Gilberto Kac. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 3 ago. 2023.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

#### ESCOLA DE ENFERMAGEM

Pesquisa: Percepções de docentes no retorno ao trabalho após licença maternidade

**Pesquisador Responsável: Profa Dra Jéssica Teles Schlemmer**

**Link para coleta de dados: [Percepções de docentes no retorno ao trabalho após licença maternidade. - Formulários Google](#)**

A pesquisa “percepções de docentes no retorno ao trabalho após a licença maternidade”, tem como objetivo conhecer as dificuldades enfrentadas por mulheres professoras da Escola de Enfermagem da UFRGS que tiveram licença maternidade nos últimos 5 anos, em relação ao retorno ao mercado de trabalho após o nascimento do(s) filho(s). Esta pesquisa está sendo desenvolvida por uma professora da Escola de Enfermagem da UFRGS e por duas alunas do curso de graduação, da mesma universidade.

Vimos por meio deste documento lhe convidar para participar desta pesquisa e pedir a sua autorização para utilizar estes dados apenas para fins de pesquisa. Por se tratar de um estudo em que os dados serão obtidos por meio de formulário eletrônico, sua participação consistirá em responder questões sobre suas vivências e sentimentos com relação ao retorno ao trabalho após a licença maternidade.

Os benefícios deste estudo são indiretos às participantes. Dentre os benefícios em participar deste estudo, incluímos a produção de conhecimento na área da enfermagem com ênfase no cuidado à saúde mental materna. São riscos do estudo o cansaço e possível aborrecimento em responder ao questionário eletrônico, além daqueles relacionados ao ambiente virtual (como acessos indevidos). Para minimizar os riscos você não receberá emails com a utilização de listas que permitam a identificação dos convidados nem a visualização dos seus dados de contato. Além disso, a pesquisadora responsável compromete-se a fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". Serão realizadas publicações com o objetivo de ampliar o alcance da pesquisa para a população em geral, incluindo a criação de artigos científicos, participação em eventos acadêmicos e apresentações a órgãos relacionados ao tema, visando promover uma maior disseminação dos resultados.



Pagamentos e custos de participação não estão previstos. As publicações oriundas dessa pesquisa serão disponibilizadas às participantes do estudo (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, Inciso VI).

Informamos que os dados serão coletados apenas em ambiente virtual através deste link de acesso. Enfatizamos a importância do participante guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico de anuência dessa pesquisa.

Será preservado seu anonimato caso se sentir constrangido (a) ou incomodado (o) com alguma pergunta da entrevista, poderá interromper a mesma a qualquer momento ou deixar de responder qualquer pergunta, se assim desejar. Os dados obtidos nesta entrevista serão confidenciais e serão descartados após 5 anos da data da coleta, sob responsabilidade da pesquisadora responsável. Sua participação é totalmente voluntária, não sendo obrigatória, ou seja, caso não deseje participar, não é necessário assinar este termo, mas caso desista da sua participação, é possível retirar seu consentimento sem prejuízos.

Os riscos desta pesquisa são mínimos envolvendo o desconforto em responder as questões e relembrar possíveis desconfortos do processo puerperal e retorno ao trabalho. As pesquisadoras estarão à disposição para acolher eventuais desconfortos emocionais e encaminhar se for o caso, para a junta de saúde da universidade. Caso ocorra algum dano ou intercorrência resultante da sua participação na pesquisa, você receberá o atendimento necessário, sem custo pessoal, e este é de responsabilidade da pesquisadora responsável (Res CNS 510, VI, Art. 9). Informamos que havendo algum dano decorrente da pesquisa, o/a participante terá direito a ser “indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei” (Res. CNS 510, VI, Art. 9).

Salienta-se que este projeto foi avaliado pelo CEP UFRGS, órgão colegiado e de caráter consultivo, deliberativo e educativo, o qual possui a finalidade de avaliar, emitir, parecer e acompanhar projetos de pesquisa que envolvam seres humanos em seus aspectos éticos e metodológicos. Caso tenha dúvidas referentes a esta pesquisa ou este TCLE, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jéssica Teles Schlemmer pelo telefone (51) 981772827 ou pelo email [jeteles.enf@gmail.com](mailto:jeteles.enf@gmail.com), ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) localizado na Av. Paulo Gama, 110, Sala 311, Prédio Anexo I da Reitoria - Campus Centro, Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060. Fone: +55 51 3308-3787 - e-mail: [etica@propesq.ufrgs.br](mailto:etica@propesq.ufrgs.br); horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Porto Alegre, de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

Nome do colaborador

---

Assinatura do colaborador

---

Daiana Alberti Guarnieri E Kethruyn Guedes (Acadêmicas de Enfermagem)

---

Profa Dra Jéssica Teles Schlemmer

**APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

1. **Idade (anos):** \_\_\_\_\_

2. **Escolaridade**

Até Ensino Médio

Superior Incompleto

Superior Completo

Pós-Graduação

3. **Raça/ Cor**

Branca.

Preta.

Parda.

Amarela.

4. **Estado Civil:**

Solteira

Casada/união estável

Separada/divorciada

Viúva

**Questões abertas:**

1. Qual o ano de nascimento do seu filho?
2. Quanto tempo você ficou afastada? Tinha conhecimento da licença maternidade estendida? Se sim, realizou o pedido?
3. Quanto tempo você ficou internada no hospital após o parto? Caso tenha tido alguma complicação, qual?
4. O bebê precisou ficar internado no hospital após o parto? Se sim, quanto tempo e porquê?
5. Alguma reinternação do bebê no período da licença? Se sim, quanto tempo e porquê?
6. Quanto tempo amamentou ou amamenta? Descreva quanto tempo conseguiu amamentar exclusivamente (apenas leite materno).
7. Foi necessário usar outros tipos de leite ou fórmulas, em que período e porque? Quando introduziu alimentos complementares?

**Com relação ao retorno ao trabalho após a licença maternidade, responda as questões a seguir:**

8. Relate como foi o seu retorno para as atividades de trabalho/acadêmicas e como isso impactou em relação à maternidade.
9. Quais dificuldades e facilidades você identifica que vivenciou neste retorno no que diz respeito ao aleitamento materno (continuidade/manutenção)? Justifique.
10. Quais dificuldades e facilidades você identifica que vivenciou neste retorno no que diz respeito à carreira e às atividades desenvolvidas na universidade (aulas teóricas, aulas práticas, pesquisa, extensão)? Justifique.
11. O que, quem ou quais fatores você identifica como rede de apoio dentro da universidade no retorno após a licença maternidade?

## APÊNDICE C – CARTA CONVITE

Prezado(a), você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa cujo objetivo é: Conhecer as repercussões para o trabalho e para o aleitamento materno após retorno da licença maternidade a partir das percepções de docentes de enfermagem. Esta pesquisa possui como orientadora e pesquisadora responsável a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jéssica Teles Schlemmer, de autoria das pesquisadoras graduandas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Daiana Alberti Guarnieri e Kethruyn Guedes Ferreira, com delineamento aos seus trabalhos de Conclusão do Curso do Bacharelado em Enfermagem da UFRGS e prosseguimento da pesquisa após o término. Se você aceitar participar da pesquisa, receberá um email contendo um formulário com questões relativas às facilidades e dificuldades enfrentadas na maternidade, amamentação e trabalho. Solicitaremos algumas informações pessoais básicas que não lhe identifiquem, além de perguntas estruturadas sobre a sua percepção do retorno ao trabalho após a licença maternidade. Sua participação na pesquisa não trará riscos profissionais pelo anonimato garantido, porém, os resultados obtidos pelo compartilhamento da sua experiência poderão contribuir para o conhecimento referente ao tema em estudo e propiciar que haja melhorias no âmbito acadêmico. Sua participação é totalmente voluntária, não sendo obrigatória, ou seja, caso não deseje participar, não é necessário assinar este termo, mas caso desista da sua participação, é possível retirar seu consentimento sem prejuízos. Ressaltamos que este email só possui um remetente e um destinatário a fim de preservar os envolvidos neste diálogo. Está em anexo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que poderá ser assinado em formulário enviado juntamente com as questões da pesquisa, em caso de aceite. Orientamos que faça o download do mesmo. Agradecemos desde já sua atenção e disponibilidade. Caso aceite participar solicitamos que responda a este email.

## APÊNDICE D – APROVAÇÃO COMISSÃO DE PESQUISA (COMPESQ)



Linhas de Pesquisa

**Projetos de Pesquisa**

Áreas de Atuação

Bolsas de Pesquisa

Iniciação

Científica/Tecnológica

Voluntário

Programa de Fomento à

Pesquisa(auxílio)

Sistema Pesquisa - Pesquisador: Jéssica Teles Schlemmer

[Retornar](#)

### Dados Gerais:

**Projeto N°:** 44598 **Título:** PERCEPCOES DE DOCENTES NO RETORNO AO TRABALHO APOS LICENCA MATERNIDADE

**Área de conhecimento:** Enfermagem Obstétrica **Início:** 07/08/2023 **Previsão de conclusão:** 30/09/2025

**Situação:** Projeto em Andamento

**Origem:** Escola de Enfermagem Departamento de Enfermagem Materno-Infantil **Projeto Isolado com linha temática:** Saúde das mulheres e recém-nascidos

**Local de Realização:** não informado

**Não apresenta relação com Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado.**

### Objetivo:

Conhecer as percepções de docentes no retorno ao trabalho após licença maternidade.  
Conhecer as dificuldades enfrentadas por mulheres docentes relativo à continuidade do aleitamento materno após o retorno da licença

### Palavras Chave:

SAÚDE MENTAL MATERNA

### Equipe UFRGS:

**Nome:** JÉSSICA TELES SCHLEMMER  
Coordenador - Início: 07/08/2023 Previsão de término: 30/09/2025

**Nome:** DAIANA ALBERTI GUARNIERI  
Técnico: Assistente de Pesquisa - Início: 07/08/2023 Previsão de término: 30/09/2025

**Nome:** KETHRUYN GUEDES FERREIRA  
Técnico: Assistente de Pesquisa - Início: 07/08/2023 Previsão de término: 30/09/2025

### Avaliações:

**Comissão de Pesquisa de Enfermagem - Aprovado** em 20/10/2023  
[Clique aqui para visualizar o parecer](#)

### Anexos:

[Projeto Completo](#)

**Data de Envio:** 26/09/2023

[Outro](#)

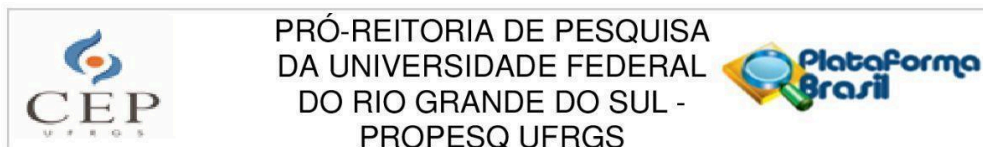
**Data de Envio:** 26/09/2023

[Relatório de Andamento](#)

**Data de Envio:** 20/04/2024

**Período:** 07/08/2023 a 20/04/2024

## APÊNDICE E – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



Continuação do Parecer: 6.631.313

na Resolução CNS no. 466, de 2012, e na Norma Operacional no. 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa.

Reitera-se aos pesquisadores a necessidade de elaborar e apresentar os relatórios parciais e final da pesquisa, como preconiza a Resolução CNS/MS nº 466/2012, Capítulo XI, Item XI.2: "d".

### Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado.

### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2239662.pdf	24/01/2024 12:05:58		Aceito
Outros	CartarespostapendenciasCEP24012024.pdf	24/01/2024 12:05:43	Jéssica Teles Schlemmer	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE24012024.pdf	24/01/2024 12:05:28	Jéssica Teles Schlemmer	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISAparacep24012024.pdf	24/01/2024 12:05:04	Jéssica Teles Schlemmer	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoservidoras.pdf	01/11/2023 12:04:02	Jéssica Teles Schlemmer	Aceito

### Situação do Parecer:

Aprovado

### Necessita Avaliação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 01 de Fevereiro de 2024

Assinado por:  
**Patrícia Daniela Melchioris Angst**  
 (Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro  
**Bairro:** Farroupilha **CEP:** 90.040-060  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3308-3787 **E-mail:** etica@propesq.ufrgs.br